



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROJETO BÁSICO - PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES

1 - INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, I e §§ 6º e 9º, ambos da Lei 8.666/93, elaboramos o presente Projeto Básico, por inexigibilidade de licitação, com base na Decisão Plenária n. 439/98 do Tribunal de Contas da União.

2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação da empresa especializada para a realização do curso "Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativo" para uma turma de até 25 servidores Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

O curso será realizado em Porto Velho, com carga horária de 16 (dezesseis) horas, na modalidade de Ensino Presencial, nos dias 30 e 31/5/2019, conforme agenda adequada aos participantes e empresa contratada.

2.1 Dados da instituição promotora

Empresa	a	ser	Contratada:
Razão Social: M. K. CURSOS E TREINAMENTOS			
LTDA			
		CNPJ:	22.755.309/0001-24
	Endereço: Rua Lauro Sodré, 1903, Sala 02, Pedrinhas,		
Porto	Velho	—	RO. CEP: 76.801-501
		Contato:	Karolina Melo
		Telefone:	(69) 99988-7745
		email:	mkcursospvh@gmail.com, karol.unir@gmail.com



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Dados Bancários: Banco do Brasil, Agência 5083-0, C/C 287-9.

2.2. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Os temas a serem abordados estão indicados no Evento SEI [0404775](#).

2.3. PÚBLICO-ALVO

Servidores da Secretaria do TRE/RO envolvidos com atividades afins.

3 - JUSTIFICATIVA:

3.1. Da Necessidade:

Um dos pontos críticos da gestão pública é a falta de acompanhamento e fiscalização dos contratos administrativos. É de suma importância, para garantir a correta execução dos contratos administrativos, a definição de normas e os procedimentos pertinentes a sua gestão e fiscalização

Nesse sentido, a presente capacitação visa proporcionar amplo conhecimento das normas que regem as contratações públicas, em especial das relativas à gestão contratual, com enfoque nos entendimentos firmados pelo Tribunal de Contas da União.

O curso tem a proposta de ser dinâmico e inteiramente orientado por questões práticas e atuais e, por ser um curso in company, tem-se a vantagem de estudo dos casos trazidos pelos próprios participantes, dando a oportunidade de discussão e reflexão dos gestores e fiscais dos contratos, bem como de todos aqueles que, direta ou indiretamente, atuam na área.

A capacitação encontra-se registrada no Plano Anual de Capacitações 2019, sob n.20190302



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.2. Da inexigibilidade de Licitação:

A inexigibilidade de licitação se respalda no **Acórdão 439/1998 – Plenário**, do Tribunal de Contas da União, que assim decidiu:

“Considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem assim a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993”.

3.2.1. Da singularidade do serviço:

A capacitação em Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativo versa sobre conteúdo técnico e administrativos na área de planejamento, controle e gestão do patrimônio e almoxarifado na administração pública. A aplicação dos conceitos nela envolvidos dependerá da cultura organizacional, da reação dos participantes aos conteúdos apresentados, do momento e das características pessoais, da interação entre instrutor e turma. A intervenção pessoal do docente é determinante para a obtenção dos resultados esperados. Tem-se como premissa em casos como esses que o objeto é de natureza **singular**, posto não ser repetível e os resultados obtidos com a sua contratação estão amplamente sujeitos às variáveis do ambiente.

3.2.2. Da escolha do notório especialista:

Para a execução do presente objeto, optou-se pela instrutora **Francismary S. Pimenta Maciel**, atualmente ocupando o cargo de assessora no TCU, é uma palestrante com larga experiência na área de licitação e contratos públicos. Demais qualificações e experiências estão descritas em seu mini currículo inserido na proposta (Evento [0404775](#)), bem como nos atestados de capacidade técnica juntados nos eventos ([0404950](#) e [0404952](#)). Sua experiência como instrutora em treinamentos na área de licitações e contratos administrativos, bem como participação em elaboração de normas do TCU, a qualificam como **notória especialista** na matéria.

Nessa conformidade, considerando que a escolha, segundo o teor do §1º, do art. 25, insere-se no campo da discricionariedade, entende-se que o escolhido reúne todas as condições e atributos que permitem inferir que o mesmo é o mais adequado à plena satisfação dos objetivos colimados.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.3. DO ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS – A capacitação contribui para a consecução do objetivo estratégico: **aperfeiçoamento da gestão de pessoas**, conforme disposto no Planejamento Estratégico em vigor

4 – DO VALOR

O valor a ser contratado é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Resultando o custo por pessoa, caso se concretize a formação de turma de 25 servidores, em R\$. 1.000,00.

Dispõe o art. 15, inciso V, da Lei 8.666/93, que as compras, sempre que possível, deverão balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública. Determina, ainda, o art. 43, inciso IV, dessa lei, que os preços da proposta vencedora deverão estar de acordo com aqueles praticados pelo mercado.

4.1. Da avaliação de custo proporcional ao benefício e compatibilidade com o mercado:

Para comprovação de compatibilidade com o mercado, insere-se abaixo dados de outras contratações semelhantes efetuadas por este regional:

Capacitação	Ano	número de Participantes	Carga horária	Valor total
Dimensionamento da Força de Trabalho	2017	20	16	R\$ 18.900,00
Formação de Auditores Internos	2018	10	24	R\$ 24.690,00
Gestão Tributária de Contratos e convênios (curso aberto a terceiros)	2019	1	24	R\$ 2.980,00
Gestão de e Fiscalização de Contratos (em contratação)	2019	25	16	R\$ 25.000,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Considera-se também que os valores são compatíveis com os praticados para eventos dessa natureza. No entanto, faz-se necessário observar que o valor de contratação de cursos pode variar consideravelmente a partir de alguns parâmetros:

a) Se a capacitação é aberta ou fechada para público externo;

b) Se a contratação é de pessoa física ou jurídica: impostos, lucro, custos operacionais como passagens aéreas, hospedagem e alimentação interferem no preço;

c) Agenda dos instrutores: a quantidade de eventos que o instrutor precisará bloquear para ficar disponível para o evento contratado promove uma espécie de concorrência, que interfere diretamente no preço;

d) Tempo de preparação: se o evento atende a um escopo já comum da empresa ou se será personalizado para atender às demandas do cliente. Se a preparação for a primeira ou exclusiva, o valor será bem diferente, posto que o palestrante terá o esforço inicial de pesquisa e organização dentro do tema;

e) O uso posterior do conteúdo: caso o contratado tenha expectativa de preparar o conteúdo para nosso regional e posteriormente aplicá-lo em outros eventos semelhantes, o custo poderá ser reduzido, pois o mesmo estará construindo, a partir desta experiência, um produto reaproveitável de mercado;

A simples verificação de preços não permitirá a identificação de cada um desses fatores nos cursos comparados, razão pela qual o melhor parâmetro é o histórico das contratações dentro do próprio TRE, tanto do palestrante em tela, quanto dos demais palestrantes. Por toda essa combinação de fatores, tem-se que os valores apresentados para este evento encontram-se compatíveis com o mercado para este tipo de evento.

5 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

CATEGORIA	Ordinário
AGREGADOR	Integração e Capacitação dos Servidores
DESPESA AGREGADA	Contratação de empresas na área de treinamento, conforme Plano Anual de Capacitação
PLANO INTERNO	ERO TREINA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VALOR	R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
-------	---

6- DO PAGAMENTO

A Contratante efetuará o pagamento, após o encerramento da capacitação, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento dos certificados e nota fiscal, devidamente atestada pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento deste TRE/RO, aplicadas as retenções legais.

7- DO CONTRATO

O contrato, no caso do presente Projeto Básico, será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.

8- DAS OBRIGAÇÕES DO TRE

São obrigações do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia:

1. Informar à empresa contratada os dados dos servidores;
2. Disponibilizar local para a realização do evento;
3. Pagar à empresa contratada pela execução do serviço, conforme dispõe o § 3º do art. 5º da Lei n. 8666/93, até cinco dias após a o recebimento dos certificados de participação e da fatura;
4. Avaliar a qualidade do treinamento realizado.

9- DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

São obrigações da empresa contratada:

1. Garantir a realização do curso, conforme descrito na proposta em anexo (SEI [0402070](#)), nos dias 30 e 31/5/2019;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Custo do Instrutor, Translado e alimentação. Material de apresentação, Material de apoio, Certificados, Coffee Break, Laser Point, Bloco, Caneta, Credenciais e Impostos;

3. Manter-se regular, desde a contratação até a data do pagamento dos serviços realizados, a documentação comprobatória de sua adimplência com a Fazenda Pública/ Seguridade Social (certidão negativa de débitos), com o FGTS (certificado de regularidade de situação), com o CNJ (Certidão Negativa de Improbidade Administrativa) e perante a Justiça Trabalhista;

4. Apresentar fatura referente ao serviço realizado, para fins de pagamento pelo Tribunal, no prazo de até 10 (dez) dias após a entrega dos certificados.

10 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços, será aplicada multa de mora à empresa contratada de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso no cumprimento das obrigações previstas no item 8, podendo o atraso superior a 02 (dois) dias ser considerado inexecução do contrato.

A aplicação das sanções obedecerá ao procedimento disciplinado pela IN TRE/RO n. 004/08, disponível no sítio eletrônico do Tribunal, com cabimento de recursos ou pedido de reconsideração.

Pela inexecução total ou parcial do serviço objeto deste Projeto Básico, a Administração poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Se a empresa contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 05 (cinco) dias a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa SELIC, com fundamento no art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011.

Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União. As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros.

11 – DAS GARANTIAS

Em decorrência das peculiaridades do objeto não se exigirá garantias.

12 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços deverá ocorrer em observância ao conteúdo programático nos dias 30 e 31/05/2019.

13 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A gestão e a fiscalização deste procedimento serão realizadas pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento – COEDE.

Os procedimentos de fiscalização ocorrem em três fases temporais:

1. Antes da execução do evento será verificada:
 - a) a confirmação do evento no prazo definido;
 - b) a regularidade fiscal da empresa.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Durante a execução do evento verifica-se:
 - a) a presença do instrutor;
 - b) a regularidade das aulas;
 - c) o cumprimento dos horários;
 - d) o fornecimento dos materiais;
 - e) demais itens inclusos na contratação.
3. Após a execução do evento verifica-se:
 - a) o cumprimento da carga-horária;
 - b) a avaliação do evento pelos participantes;
 - c) a emissão dos certificados;
 - d) Envio da Nota Fiscal para efetivação do pagamento.

Os demais procedimentos de gestão e fiscalização do contrato seguem as normas estabelecidas pela IN 04/2008-TRE/RO.

14 – DOS ANEXOS

- a) Documentação da empresa, comprovando a regularidade junto à Receita Federal/ INSS, ao FGTS, ao CNJ e à Justiça Trabalhista, (Eventos [0404776](#), [0404777](#), [0404779](#) e [0404780](#)) portanto apta a contratar com a Administração Pública.
- b) Proposta (Evento [0404775](#)).

Documento assinado eletronicamente por **RONALDO PONTES MOURA**, Coordenador(a), em 11/04/2019, às 16:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0000988-95.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO,
FINANÇAS E CONTABILIDADE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – CURSO FECHADO – “GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS” – ANÁLISE.

PARECER JURÍDICO Nº 0408909 / 2019 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da SEÇÃO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL - SEDES, com vistas a contratar a empresa **M. K. CURSOS E TREINAMENTOS LTDA CNPJ: 22.755.309/0001-24**, para a realização do curso “**Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativo**”, para um público de até 25 (vinte e cinco) participantes, servidores deste Tribunal Regional Eleitoral, que será realizado nesta Capital, com uma carga horária de 16 (dezesesseis) horas, na modalidade Ensino Presencial, nos dias 30 e 31/05/2019, conforme agendamento adequado aos participantes e à empresa contratada.

02. Dimensionou-se o valor total do curso em **R\$ 25.000,00 (vinte cinco mil reais)**, estando avaliado com o custo proporcional ao benefício e compatibilidade com o mercado, tomando-se como parâmetro os valores praticados para atividades de capacitação neste Tribunal, com registros desde 2017, 2018 e 2019, sendo o valor compatível com os praticados para eventos desta natureza.

03. Visando conferir a regularidade da empresa, juntou-se aos autos: Certidão Negativa de Cadastro no FGTS ([0404776](#)); Certidão Negativa Trabalhista ([0404779](#)); Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ ([0404780](#)); Atestado de Capacidade Técnica ([0404947](#)); Atestado de Capacidade Técnica ([0404950](#)); Atestado de Capacidade Técnica ([0404952](#)) e Certidão Negativa Tributos Federais ([0405044](#)).

04. O conteúdo e a data do curso estão devidamente descritos na proposta da empresa ([0404775](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

05. Verifica-se que consta, no referido Projeto Básico SEDES ([0405045](#)), a descrição do objeto, justificativa, valor, aderência ao planejamento orçamentário, forma de pagamento e de contrato, as obrigações do TRE, as obrigações da contratada, as penalidades, garantias, o prazo de execução e quanto a gestão e fiscalização do ajuste.

06. A SEDES encaminhou por e-mail ([0406634](#)) o Projeto Básico para ciência ao representante da empresa proponente, pelo e-mail constante no evento [0407030](#), a referida empresa atestou sua concordância aos termos do PB.

07. Por intermédio do Despacho n. 1592 ([0408240](#)), o Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade direcionou os autos à COMAP para a análise do Termo de Referência/Projeto Básico e seus anexos, em seguida à COFC para programação orçamentária da possível despesa, e, por último, a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico.

08. A Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP, unidade responsável pela avaliação do Projeto Básico, nos termos do inciso XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE/RO n. 004/2008, concluiu pela sua regularidade fiscal, trabalhista e de FGTS, ao tempo que se manifestou, caso a Autoridade Superior aprove o Termo de Referência, pela adjudicação do objeto à proponente, desde que apresentada a proposta da futura contratada ([0408350](#)).

09. A SPOF ([0408407](#)) procedeu a Programação Orçamentária no valor de **R\$ 25.000,00 (vinte cinco mil reais)**, indicando o Plano Interno ERRO TREINA e o Pré-Empenho n. 2019PE000081, para custear a despesa, oportunidade em que a unidade informou que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.

10. Assim instruídos, os autos foram encaminhados a esta AJDG para emissão de parecer jurídico. **É o relatório.**

II - DA ANÁLISE JURÍDICA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.1 DOS REQUISITOS LEGAIS: SINGULARIDADE E NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO – ART. 13, inciso VI, DA LEI N. 8.666/93.

11. A Constituição Federal, no seu art. 37, inciso XXI, estabelece a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório nas contratações feitas pelo Poder Público. Todavia, o próprio comando constitucional delegou à legislação infraconstitucional a previsão de exceções à regra geral.

12. Não por outro motivo, a Lei n. 8.666/93 disciplinou, em conformidade com a Carta Política, as situações de dispensa (art. 24) e inexigibilidade (art. 25) do certame competitivo.

13. Desse modo, tratando-se de pretensão da Administração de contratar serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal - situação definida pela Lei de Licitações em seu **art. 13, inc. VI** - tem aplicação, em princípio, a inexigibilidade competitiva prevista no **inciso II do art. 25**. Veja-se:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I – [...]

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

[...]

14. Observe-se que a regra legal transcrita **não é genérica**. Pelo contrário, o legislador estabeleceu expressamente as situações específicas para as quais entendeu ser inexigível a dispensa de licitação para a contratação de serviços técnicos enumerados pelo art. 13 do Código de Licitações. Assim, cuidou de qualificar tais serviços, exigindo desses o preenchimento de dois requisitos gerais: **a) natureza singular; b) prestação por profissionais ou empresas de notória especialização**.

15. Quanto à singularidade, verifica-se que este requisito está demonstrado pelos elementos trazidos aos autos, visto que o evento de capacitação foi formatado para atender à necessidade específica desta Justiça Especializada, tornando-o único, incomum.

16. A esse propósito, veja-se a lição de **Jacoby**: “Singular é a característica do objeto que o individualiza, distingue dos demais. É a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

presença de um atributo incomum na espécie, diferenciador. A singularidade não está associada à noção de preços, de dimensões, de localidade, de cor ou de forma (Fernandes JU Jacoby – Contratação direta sem licitação, 7º ed, Belo Horizonte, Fórum, 2007, p. 596).

17. E, de tal jaez é a posição consolidada pela Corte de Contas (Acórdão TCU n. 1568/2003 – 1ª Câmara):

[...] A singularidade, esta sim, é quem efetivamente dá causa a que se torne inviável licitar.

A inviabilidade de competição que dá ensejo à possibilidade de se inexigir a licitação reside na singularidade da contratação. O que não implica dizer que os serviços sejam de natureza singular. O que confere legitimidade ao procedimento adotado com arrimo no art. 25, II, c/c art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, é a singularidade que permeia a situação específica.

18. Como registrado no acórdão acima transcrito, as decisões mais recentes do TCU caminham no sentido da demonstração - tão só - da singularidade para caracterizar a inexigibilidade competitiva para a contratação desse tipo de serviço técnico. Todavia, mesmo que assim não fosse, há nos autos farta comprovação da **notória especialização da empresa a ser contratada atendendo à saciedade a exigência estatuída pelo art. 25, § 1º da Lei n. 8.666/93, *verbis*:**

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...]

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

19. Referida comprovação, por sua vez, também atende à recomendação contida em decisões majoritárias do TCU, todas exigindo a demonstração de ambos os requisitos, vg:

Decisão TCU n. 103/98 – Plenário:

1.6 - somente realize a contratação sem licitação com base na notória especialização do contratado (art. 25, II, da Lei nº 8.666/93) quando houver inviabilidade de competição entre possíveis interessados, configurando-se simultaneamente a singularidade do objeto e a notoriedade da contratada na execução do serviço específico desejado, a qual não será subcontratada, caso em que se caracterizaria a inviabilidade de competição.

20. Em arremate, releva transcrever ementa do voto do Ministro Eros Grau, proferido nos autos da Ação Penal AP 348/SC. Tal voto foi seguido por todos os membros do Plenário do Supremo Tribunal Federal – STF:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

EMENTA: AÇÃO PENAL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE ADVOGADOS FACE AO CAOS ADMINISTRATIVO HERDADO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL SUCEDIDA. LICITAÇÃO. ART. 37, XXI DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. DISPENSA DE LICITAÇÃO NÃO CONFIGURADA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CARACTERIZADA PELA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS, COMPROVADA NOS AUTOS, ALIADA À CONFIANÇA DA ADMINISTRAÇÃO POR ELES DESFRUTADA. PREVISÃO LEGAL. A hipótese dos autos não é de dispensa de licitação, eis que não caracterizado o requisito da emergência. Caracterização de situação na qual há inviabilidade de competição e, logo, inexigibilidade de licitação. 2. "Serviços técnicos profissionais especializados" são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado. Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços - procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo - é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do "trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato" (cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93). O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança. Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem notória especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da Administração. Ação Penal que se julga improcedente. (DJ 03/08/07 p.30). (**Grifou-se**).

2.2 DOS REQUISITOS LEGAIS: RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO: ART. 26, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 8.666/93.

21. Embora se trate de capacitação que pode ser contratada diretamente, a Lei n. 8.666/93 estabelece a observância de alguns **requisitos legais de caráter genérico** aplicáveis a todas as contratações diretas, quais sejam: **a)** a razão da escolha do fornecedor; **b)** a justificativa do preço. Veja-se:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

[...]

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998).

22. As exigências dos incisos I e IV são inaplicáveis ao caso em exame. Já a **escolha do fornecedor** e a **justificativa do preço estão demonstradas de forma satisfatória** pelas razões expostas nos itens 2, 3 e 4 do Termo de Referência/Projeto Básico ([0405045](#)) elaborado pela **SEDES**, esclarecendo a singularidade do serviço e a vantajosidade da proposta da contratada, compatível aos padrões contratados por este Tribunal em outros eventos.

III - DA CONCLUSÃO

23. Pelo exposto, e por tudo o mais que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica conclui:

I – pela possibilidade da contratação direta com a empresa **M. K. CURSOS E TREINAMENTOS LTDA CNPJ: 22.755.309/0001-24**, para ministrar o curso “**Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativo**”, com fundamento no **art. 25, II c/c art. 13, VI**, ambos da **Lei n. 8.666/93**, e, ainda, nos precedentes da Corte de Contas citados neste parecer e, notadamente, na **Decisão TCU n. 439/1998-Plenário**; e,

II – pela regularidade do Projeto Básico ([0405045](#)), visto que, de acordo com as disposições do **art. 6º, IX da Lei n. 8.666/93**, no que for aplicável, pode ser aprovado pela autoridade superior, para os efeitos do **art. 7º, inciso I, § 2º, inciso I c/c § 9º, da Lei de Licitações**.

24. Embora se trate de serviço, considerando a forma usual de contratação desses eventos, entende-se **dispensada a formalização de contrato**, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93 instrumento **idôneo suficiente**, para regular a relação contratual, sendo de boa prática o envio de cópia do Projeto Básico à empresa contratada - ato já demonstrado nos autos ([0406634](#)).

25. Não obstante isso, diante da justificativa da unidade solicitante (itens 3 do Projeto Básico) de que o valor total do curso, orçado em **R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)**, cobre um público de 25 (vinte e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

cinco) participantes, e considerando que, se a Administração não preencher as **vagas acordadas**, tal fato não implicará redução de custo, uma vez que não se trata de curso aberto, no qual o ônus de eventual falta de interessados recai sobre a empresa promotora, mas, sim, de curso fechado (*in company*), feito sob encomenda e com custo previamente acertado, **recomenda-se** que este Regional se esmere no intuito de que sejam inscritos no evento o número **máximo de participantes**, com fulcro no **art. 3º da Lei n. 8.666/93** e princípios que regem a Administração Pública, insculpidos no **art. 37 da Carta Magna**.

26. Cabe registrar que, caso necessário, deverão ser atualizadas as certidões que comprovem a regularidade da empresa **Instituto dos Auditores internos do Brasil**, antes da efetivação da contratação.

27. Finalmente, com precedente no **Acórdão TCU nº 1336/06-Plenário**, entende-se desnecessária a publicação na imprensa oficial, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26 da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal. Contudo, em homenagem ao Princípio da Publicidade, um dos princípios basilares que regem a Administração Pública, constante no art. 37 da Constituição Federal, nada impede que seja feita publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE.

À consideração da autoridade superior.

Documento assinado eletronicamente por **Camila Trindade da Silva, Estagiário**, em 25/04/2019, às 13:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 25/04/2019, às 13:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0000988-95.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – CURSO FECHADO – “GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS”

DESPACHO Nº 1669 / 2019 - PRES/DG/GABDG



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da SEÇÃO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL - SEDES, com vistas a contratar a empresa **M. K. CURSOS E TREINAMENTOS LTDA CNPJ: 22.755.309/0001-24**, para a realização do curso “**Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativo**”, para um público de até 25 (vinte e cinco) participantes, servidores deste Tribunal Regional Eleitoral, que será realizado nesta Capital, com uma carga horária de 16 (dezesesseis) horas, na modalidade Ensino Presencial, nos dias 30 e 31/05/2019, conforme agendamento adequado aos participantes e à empresa contratada.

O conteúdo e o cronograma do curso estão devidamente descritos na proposta constante no evento n. [0404775](#), onde consta a descrição da capacitação notória da especialista da empresa contratada para o treinamento e da própria empresa contratada, bem como o valor total do curso, R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Para instruir o feito, juntou-se aos autos a regularidade fiscal da empresa com o FGTS ([0404776](#)), receita federal ([0405044](#)), Justiça do Trabalho ([0404779](#)) e CNJ ([0404780](#)), demonstrando estar apta a contratar com a administração pública.

A SEDES elaborou Projeto Básico ([0405045](#)), fazendo constar a descrição do objeto, justificativa, valor, aderência ao planejamento orçamentário, forma de pagamento e de contrato, as obrigações do TRE, as obrigações da contratada, as penalidades, garantias, o prazo de execução e quanto a gestão e fiscalização do ajuste.

Juntou-se aos autos a Programação Orçamentária no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), para custear a despesa ([0408407](#)).

Após análise, a COMAP concluiu que o Projeto Básico encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93, bem como atende ao disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002 e nos incisos I e III e § 2º do art. 9º do Decreto n. 5.450/05, e se manifestou pela adjudicação do objeto à proponente ([0408782](#)).

Assim instruídos, os autos foram encaminhados para análise da Assessoria Jurídica desta Diretoria Geral, que concluiu pela regularidade do Projeto Básico e pela possibilidade da realização da contratação direta da empresa M. K. CURSOS E TREINAMENTOS LTDA, CNPJ nº 22.755.309/0001-24 para ministrar o curso “Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativo”, com fundamento no art. 25, II c/c art. 13, VI, ambos da Lei n. 8.666/93, e, ainda, nos precedentes da Corte de Contas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

citados neste parecer e, notadamente, na Decisão TCU n. 439/1998-Plenário.

Opinou, também, pela dispensa da formalização de contrato, que poderá ser substituído pela nota de empenho nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93, e pela desnecessidade de publicação na imprensa oficial, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26 da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal. Por fim, recomendou que este Regional se esmere no intuito de que sejam inscritos no evento o número máximo de participantes ([0408909](#)).

Por fim, a SAOFC se manifestou pela aprovação do Projeto Básico, pela autorização da despesa, por inexigibilidade de licitação, autorização para emissão de Nota de Empenho e publicação do ato apenas no Diário de Justiça Eletrônico - DJE ([0409209](#)).

Inicialmente, verifico que o processo foi devidamente instruído e a documentação carreada aos autos preenche os requisitos técnicos e legais.

Tratando-se de pretensão da Administração de contratar serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal - situação definida pela Lei de Licitações em seu art. 13, inc. VI - tem aplicação, em princípio, a inexigibilidade competitiva prevista no inciso II do art. 25.

A necessidade da contratação está demonstrada no Projeto Básico ([0405045](#)). No item 3.2 (Da inexigibilidade) do PB, a unidade demandante delineou o entendimento jurisprudencial do Tribunal de Contas da União quanto à natureza singular e capacitação notória do especialista da empresa contratada para o treinamento (Capítulo 3, subitem 3.2.2.) o que fundamenta a contratação direta com inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, § 1º da Lei n. 8.666/93. Portanto, a singularidade encontra-se demonstrada pelos elementos trazidos aos autos, tendo em vista que a capacitação visa atender a necessidade específica desta Justiça Especializada. Some-se a isso, as razões expostas no Projeto Básico, esclarecendo a singularidade do serviço e a vantajosidade da proposta da contratada, compatível aos padrões contratados por este Tribunal em outros eventos.

Em relação aos requisitos exigidos pelo art. 26, parágrafo único da Lei 8666/93, a escolha do fornecedor e a justificativa do preço estão demonstradas de forma satisfatória pelas razões expostas nos itens 2, 3 e 4 do Termo de Referência/Projeto Básico ([0405045](#)) elaborado



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pela SEDES, esclarecendo a singularidade do serviço e a vantajosidade da proposta da contratada, compatível aos padrões contratados por este Tribunal em outros eventos.

Verifica-se que o evento em tela está em harmonia com o Programa Permanente de Capacitação dos Servidores da Justiça Eleitoral estabelecido pela Resolução do TSE n. 22.572/07 e com o Plano Anual de Capacitação de 2019, registrado sob o número 20190302, conforme informado pela Chefe da SEDES no item 3.1 do PB ([0405045](#)).

Embora se trate de serviço, considerando a forma usual de contratação desses eventos, entende-se dispensada a formalização de contrato, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93, instrumento idôneo e suficiente para regular a relação contratual.

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria 269/2016, esta Diretoria-Geral **RATIFICA** a inexigibilidade reconhecida pela SAOFC, descrita no artigo 25, II da Lei n. 8.666/93, e

1 - aprova o Projeto Básico n. [0405045](#), complementado por seus anexos, porquanto possuem os elementos mínimos essenciais definidos no art. 6º, IX, c/c art. 7º, I, e art. 14 da Lei nº 8.666/93;

2 - autoriza a despesa, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, inciso II c/c o inciso VI do art. 13 da Lei 8.666/93, nos termos ainda da Decisão do TCU n. 439/98-Plenário;

3 - determina a observância da recomendação da AJDG descrita no final do item 25 do parecer;

4 - autoriza a emissão de Nota de Empenho, nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93, em favor da empresa **M. K. CURSOS E TREINAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 22.755.309/0001-24, no valor de **R\$ 25.000,00** (vinte e cinco mil reais), condicionado a regularidade fiscal da empresa nos termos do item 13 do Projeto Básico SEDES n. [0323192](#); e

5 - determina a publicação do ato de ratificação da inexigibilidade no Diário de Justiça Eletrônico - DJE e no DOU, insculpido no art. 37, da Constituição Federal, uma vez que o valor da contratação situa-se acima dos patamares da dispensa legal, com fulcro no Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário, para cumprimento da regra prevista no caput do artigo 26 da Lei Geral de Licitações e Contratos.

À SAOFC para a continuidade das ações visando à contratação pretendida.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, **Diretora Geral**, em 30/04/2019, às 13:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE

Espécie: Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no artigo 26 da Lei 8.666/93. Contratada: M. K. CURSOS E TREINAMENTOS LTDA, CNPJ n. 22.755.309/0001-24. Objeto: Realização do curso "Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativo" para uma turma de até 25 servidores Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. O curso será realizado em Porto Velho, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas, na modalidade de Ensino Presencial, nos dias 30 e 31/5/2019, conforme agenda adequada aos participantes e empresa contratada. Fundamento legal para contratação: Art. 25, II c/c o inciso VI do art. 13, ambos da Lei 8.666/93, e Decisão TCU nº 439/98-Plenário. Justificativa: Necessidade de capacitação de servidores do TRE-RO. Declaração de Inexigibilidade: Parecer Jurídico Nº 0408909/2019 - PRES/DG/AJDG, de 25/04/2019, por MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, CPF n. 716.688.707-97, Assessora Jurídica. Ato de autorização da despesa e de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação: Despacho n. 1669/2019 - PRES/DG/GABDG, de 30/04/2019, por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, CPF n. 475.106.849-00, Diretora-Geral do TRE-RO. Nota de Empenho: 2019NE000283, de 30/04/2019, Programa de Trabalho: 02122057020GP0011. Elemento Despesa n. 33.90.39.48. Total: R\$ 25.000,00. Processo: SEI n. 0000988-95.2019.6.22.8000.

Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA**, **Chefe de Seção**, em 06/05/2019, às 12:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PÁGINA: 1

EMISSÃO : 30Abr19 NUMERO: 2019NE000283 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133
ENDERECO : AV.PRES.DUTRA,1.889 - AREAL
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 22755309/0001-24 - M. K. CURSOS E TREINAMENTOS LTDA
ENDERECO : LAURO SODRE 1903 SALA 02 PEDRINHAS
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76801-501

TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

EMISSÃO DE NOTA PARA COBRIR DESPESA COM CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES, CONFORME PROJETO BASICO SEDES(0405045), PARECER DA AJDG(0408909), DESPACHOS NRS 1669 DA DG(0409411) E 1725 SAOFC(0410416) PROC. SEI 0000988-95.2019.6.22.8000

CLASS : 1 14122 02122057020GP0011 084772 0100000000 339039 000000 ERO TREINA
TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: INEXIGIBILIDADE
AMPARO: LEI8666 INCISO: 02 PROCESSO: 00009889520196228000
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 3
ORIGEM DO MATERIAL :
REFERENCIA: ART25/02 LEI8666/93 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 25.000,00

VINTE E CINCO MIL REAIS*****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 48 -SERVICO DE SELECAO E TREINAMEN

SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 25.000,00
VALOR DO SEQ. : 25.000,00

CONTRATAÇÃO PARA MINISTRAR CURSO "GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVO" PARA CAPACITAÇÃO DE ATÉ 25 (VINTE E CINCO) SERVIDORES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL, QUE SERÁ REALIZADO NESTA CAPITAL, COM UMA CARGA HORÁRIA DE 16 (DEZESSEIS) HORAS, NA MODALIDADE ENSINO PRESENCIAL, NOS DIAS 30 E 31/05/2019.

T O T A L : 25.000,00

LIA MARIA ARAUJO
LOPES:260468

LIA MARIA ARAUJO LOPES
ORDENADOR

FRANCISCO PARENTES DA
COSTA FILHO:16251784253

FRANCISCO P. COSTA FILHO
GESTOR FINANCEIRO

Assinatura eletrônica de Francisco Parentes da Costa Filho
CPF: 16251784253
Assinatura eletrônica de Lia Maria Araujo Lopes
CPF: 260468



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 86, terça-feira, 7 de maio de 2019

AVISO DE PENALIDADE

O Tribunal Regional Eleitoral do Piauí resolve determinar o arquivamento dos autos Processo SEI nº 0009094-91.2018.6.18.8000, considerando que o problema técnico está devidamente comprovado nos autos, razão pela qual acolheu, em sua inteireza, a conclusão a que chegou a d. Com.ª Processante, e não se revelando qualquer comportamento passível de punição à Empresa LOKAL RENT A CAR EIRELI (CNPJ: 08.026.009/0001-83).

GERALDO SEBASTIÃO ALMEIDA MOTA FILHO
Diretor-Geral do TRE-PI

AVISO DE PENALIDADE

O Tribunal Regional Eleitoral do Piauí resolve aplicar à Empresa SATCOMP COMERCIAL ELETRÔNICA LTDA-EPP (CNPJ: 04.064.768/0001-80) a multa de mora no percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da parcela inadimplida no prazo acordado, por dia de atraso, até o limite de 15% (quinze por cento), perfazendo o montante de R\$ 117,00 (cento e dezessete reais), na forma do art. 86 da Lei nº 8.666/93 e item 14.2 do Edital, consoante decisão proferida nos autos do Processo SEI nº 0003200-37.2018.6.18.8000.

GERALDO SEBASTIÃO ALMEIDA MOTA FILHO
Diretor-Geral do TRE-PI

AVISO DE PENALIDADE

O Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, em face da impossibilidade de localização da empresa PHOCUS SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA, CNPJ: 05.307.143/0001-64, informa, consoante o disposto no art. 41, da Instrução Normativa nº 02, de 11 de outubro de 2010 e alterações posteriores, o registro, junto ao SICAF, da sanção de multa de mora no percentual de 0,75% (zero vírgula setenta e cinco por cento) do valor mensal dos serviços de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), por dia de atraso na instalação da máquina ocorrida em 07/08/2014, considerando os 16 (dezesseis) dias de atraso, perfazendo o montante de R\$ 144,00 (cento e quarenta e quatro reais), na forma do art. 87, II, da Lei nº 8.666/93, conforme decisão proferida no Processo PAD nº 118/2015.

FRANCISCO ANTÔNIO PAES LANDIM FILHO
Presidente do TRE-PI

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

1) Pregão Eletrônico nº 03/2019-TRE/RN. 2) Processo Administrativo Eletrônico/Protocolo nº 712/2019. 3) Objeto: Aquisição de materiais de expediente - impressores, mediante Sistema de Registro de Preços. 4) Fornecedor registrado: 4.1) ARP nº 24/2019 - DECK GRAFICA E EDITORA - EIRELI (CNPJ: 11.461.719/0001-46); Item 3: Qt.: 3500/P.Unit. R\$ 0,59; Item 4: Qt.: 1000/P.Unit. R\$ 0,67; 4.2) ARP nº 25/2019 - GRAFCOLOR EIRELI (CNPJ: 14.685.775/0001-52); Item 1: Qt.: 180/P.Unit. R\$ 2,44; Item 2: Qt.: 500/P.Unit. R\$ 0,71; Item 5: Qt.: 500/P.Unit. R\$ 0,71; Item 6: Qt.: 800/P.Unit. R\$ 0,71; Item 7: Qt.: 500/P.Unit. R\$ 0,71; Item 8: Qt.: 600/P.Unit. R\$ 0,71; Item 10: Qt.: 12/P.Unit. R\$ 154,00; Item 11: Qt.: 8/P.Unit. R\$ 199,00; Item 13: Qt.: 2/P.Unit. R\$ 290,00; 4.3) ARP nº 26/2019 - RAS COMERCIAL ARTIGOS E PAPELARIA EIRELI (CNPJ: 25.535.153/0001-64); Item 12: Qt.: 22/P.Unit. R\$ 180,00; 4.4) ARP nº 27/2019 - O & P COMUNICACAO LTDA (CNPJ: 32.566.370/0001-87); Item 14: Qt.: 2000/P.Unit. R\$ 1,49; 4.5) ARP nº 28/2019 - JANINE LOPES HERINGER MORELATO 12434711740 (CNPJ: 32.797.514/0001-06); Item 9: Qt.: 110/P.Unit. R\$ 18,89; Item 15: Qt.: 80/P.Unit. R\$ 2,99; Item 16: Qt.: 50/P.Unit. R\$ 2,14. Atas de Registro de Preços acima citadas e respectivas especificações estão disponíveis no site www.tre-rn.jus.br.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

1) Pregão Eletrônico nº 04/2019-TRE/RN. 2) Processo Administrativo Eletrônico/Protocolo nº 18204/2018. 3) Objeto: Aquisição de materiais eletrônicos e de manutenção de bens móveis. 4) Fornecedor registrado: 4.1) ARP nº 19/2019 - L & DIVERSIDADE COMERCIAL LTDA (CNPJ: 01.013.839/0001-27); Item 3: Qt.: 350/P.Unit. R\$ 48,61; Item 4: Qt.: 430/P.Unit. R\$ 32,11; 4.2) ARP nº 30/2019 - MAPE COMERCIALIZACAO E REPRESENTACAO LTDA (CNPJ: 05.379.350/0001-24); Item 7: Qt.: 180/P.Unit. R\$ 299,90; 4.3) ARP nº 31/2019 - WM TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA LTDA (CNPJ: 18.096.150/0001-08); Item 10: Qt.: 72/P.Unit. R\$ 647,00; 4.4) ARP nº 32/2019 - BRASIDAS EIRELI (CNPJ: 20.483.193/0001-96); Item 13: Qt.: 200/P.Unit. R\$ 38,81; Item 14: Qt.: 170/P.Unit. R\$ 47,49; 4.5) ARP nº 33/2019 - FORMOSO COMERCIO EM GERAL LTDA (CNPJ: 20.820.087/0001-50); Item 2: Qt.: 400/P.Unit. R\$ 4,43; 4.6) ARP nº 34/2019 - RODOLFO THIAGO P. DE PALHARES (CNPJ: 22.327.979/0001-40); Item 20: Qt.: 115/P.Unit. R\$ 9,09; 4.7) ARP nº 35/2019 - AP SERVICOS DE CONSTRUCAO E ACABAMENTOS EIRELI (CNPJ: 26.623.799/0001-66); Item 15: Qt.: 1800/P.Unit. R\$ 40,00; 4.8) ARP nº 36/2019 - SIS COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA (CNPJ: 29.926.189/0001-20); Item 6: Qt.: 920/P.Unit. R\$ 36,69; 4.9) ARP nº 37/2019 - CG DISTRIBUIDORA LTDA (CNPJ: 30.815.452/0001-92); Item 9: Qt.: 208/P.Unit. R\$ 62,57; 4.10) ARP nº 38/2019 - CLAYTON REIS DO REGO 04634740400 (CNPJ: 31.742.923/0001-42); Item 21: Qt.: 95/P.Unit. R\$ 34,50; 4.11) ARP nº 39/2019 - MANUEL OSORIO DOS SANTOS (CNPJ: 40.990.509/0001-43); Item 19: Qt.: 145/P.Unit. R\$ 18,00. Atas de Registro de Preços acima citadas e respectivas especificações estão disponíveis no site www.tre-rn.jus.br.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo nº 08 ao Contrato nº 16/2006, referente à locação de imóvel destinado ao funcionamento do cartório e depósito da 119ª ZE, em Faxinal do Soturno-RS, firmado entre o TRE-RS e o Sr Renato RUBIN e a Sra. Vilma de Mello Rubin. OBJETO: Prorrogar a vigência do contrato original e alterar o valor da remuneração, ratificando-se as demais cláusulas contratuais. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/1993. SIGNATÁRIOS: Des. Jorge Luis Dall'Agnol e Sr. Renato Rubin e Sra. Vilma de Mello Rubin. PAE: 448/2010. DATA DA ASSINATURA: 02-5-2019.

SEÇÃO DE LICITAÇÕES

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 13/2019

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul comunica o resultado da licitação homologada. Vencedor: LDK Arquitetura Ltda., pelo preço total de R\$ 95.900,00.

JOSEMAR DOS SANTOS RIEGGO
Diretor-Geral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA-GERAL

AVISO DE PENALIDADE

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro resolve aplicar à Nova Orlando dos Santos Madeira EIRELI, CNPJ nº 30.258.913/0001-73, a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, por 15 (quinze) dias, a contar desta publicação. A penalidade é resultado das irregularidades apuradas no processo administrativo nº 7.138/2019.

BRUNO CEZAR ANDRADE DE SOUZA
Diretor-Geral

ASSESSORIA JURÍDICA

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

PROCESSO nº 79.782/2017 - Fica alterada a Cláusula Oitava do Contrato 77/2018 - Dos Recursos Orçamentários, para consignar que a despesa efetivamente executada em 2018 foi R\$205.784,18; que a despesa prevista para o exercício 2019 será R\$127.958,81, conforme notas de empenho nº 261, 262 e 265, de 08/02/2019; e que, para o exercício 2020, a despesa total será de R\$27.056,92.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

DIRETORIA-GERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2019 - UASG 070024

Processo: 0000988-95.2019.6 - Objeto: Curso "Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativo". Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Necessidade de capacitação de servidores. Declaração de Inexigibilidade em 25/04/2019. MARISA LEONARDO DE ARAUJO LIMA DA SILVA, Assessora Jurídica. Ratificação em 30/04/2019. LIA MARIA ARAUJO LOPES, Diretora Geral. Valor Global: R\$ 25.000,00. CNPJ CONTRATADA - 22.755.309/0001-24 M. K. CURSOS E TREINAMENTOS LTDA.

(SIDEC - 06/05/2019) 070024-00001-2019NE000004

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contratada: K R P Consultoria em Tecnologia de Informação Ltda. EPP. CNPJ da Contratada: 08.990.948/0001-43. Objeto: Termo Aditivo nº 042/2019, referente ao Contrato nº 033/2018, cujo objeto é a prestação de serviços técnicos em desenvolvimento, manutenção, adaptação, suporte e implantação de sistemas de informação (software) (prorroga o prazo de vigência até 02/05/2020 e registra a emissão de novo empenho). Fundamento legal: Lei nº 8.666/1993. Data da assinatura: 02/05/2019. Pregão nº 046/2017-TRE/SC.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contratada: Marcelo D'Acampora Filomeno Limpeza ME. CNPJ da Contratada: 18.923.549/0001-13. Objeto: Termo Aditivo n.º 040/2019, referente ao Contrato n.º 054/2015, cujo objeto é a prestação de serviços especializados e continuados de limpeza e conservação, com fornecimento de materiais e disponibilização de equipamentos, para os Cartórios Eleitorais do Sul do Estado de Santa Catarina (2ª Região) (reapetuação). Novo valor mensal: R\$ 25.611,95, a partir de 01/01/2019. Fundamento legal: Lei n.º 8.666/1993. Data da assinatura: 03/05/2019. Pregão n.º 034/2015.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2019 - UASG 70018

Processo: 5997/2018. Objeto: Aquisição de material de pintura. Total de Itens Licitados: 10. Edital: 07/05/2019 das 08h00 às 17h00. Endereço: Rua Francisco Miguelina, 123, Bela Vista - São Paulo/SP ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70018-5-00051-2019. Entrega das Propostas: a partir de 07/05/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 17/05/2019 às 13h00 no site www.comprasnet.gov.br.

ALESSANDRO DINTOF
Secretário de Administração de Material

(SIASnet - 03/05/2019) 70018-00001-2019NE000068

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

SECRETARIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 54/2018

Fica homologado o procedimento licitatório nº 0023172-95.2018.6.25.8000, referente ao PE 54-2018 - Eletrônico, destinado à contratação de serviços especializados e continuados de condução de veículos, tendo como adjudicatário o licitante vencedor do respectivo item do certame, conforme ata constante dos autos e disponível no site www.comprasgovernamentais.gov.br.

SERGIO ROBERTO CAVALCANTI PEREIRA
Chefe da Seção de Licitações

(SIDEC - 06/05/2019) 070012-00001-2019NE000124

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo SEI 0021864-67.2018.6.27.8000. 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 47/2018. Contratante: Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins. Contratada: Ticket Soluções Hdft S/A (CNPJ 03.506.307/0001-57). Objeto: Consignar a data de faturamento das despesas pela Contratada, como forma de melhor operacionalização do objeto contratual. Fundamentação: Art. 58, inciso I, da Lei 8.666/1993. Assinatura: 23/03/2019. Assinam, pela Contratante: José Machado dos Santos, Diretor-Geral, e Teodomiro Fernandes Amorim, Secretário de Administração e Orçamento, e pela Contratada: Luciano Rodrigo Weland.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<http://www.tre-rn.jus.br/intermediacao.html>, pelo código 05302019050700135

